

PESQUISA
INSTITUTO AVON/IPSOS

2º estudo

PERCEPÇÕES SOBRE
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA A MULHER
NO BRASIL
2011

AVON



NÃO À
VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

CRÉDITOS

REALIZAÇÃO
Instituto Avon

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO
Ana Carolina Sitta
Cida Medeiros
Fernanda Faria
Míriam Scavone

PLANEJAMENTO, REALIZAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA
Ipsos Public Affairs
Instituto Patrícia Galvão

PARTICIPAÇÃO CONCEITUAL
Instituto Patrícia Galvão
Palas Athena

PLANEJAMENTO E SUPERVISÃO DO MATERIAL IMPRESSO
Crama Design Estratégico
Vanessa Stecchini

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Denise Ribeiro

VENCENDO O SILÊNCIO

Fale sem Medo – Não à Violência Doméstica é o nome da campanha do Instituto Avon, lançada em 2008, no Brasil e, em 2004, nos Estados Unidos, com o nome *Speak Out Against Domestic Violence*, pela Avon Foundation for Women, em mais de 50 países.

A campanha representa uma das maiores dificuldades da pessoa que enfrenta a violência: falar a respeito. E o silêncio, como ressalta a professora Lia Diskin, da Palas Athena – um dos parceiros na Pesquisa Instituto Avon/Ipsos – Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil –, é fruto da perda da autoestima da mulher agredida, como também decorre do estado anestésico que o sentimento de vergonha impõe a ela.

Embora os resultados obtidos no estudo atual difiram pouco dos revelados na Pesquisa Instituto Avon/Ipsos realizada em 2009, ficamos otimistas ao constatar que houve o amadurecimento no entendimento da questão. Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, ícone na análise da violência doméstica e outra parceira nesse estudo, argumenta: “A pesquisa demonstra, com números contundentes, que a percepção de homens e mulheres sobre a gravidade da violência contra a mulher avança na sociedade brasileira. Hoje 62% da população já reconhecem a violência psicológica como uma forma de violência doméstica, 59% declaram conhecer casos de agressão a mulheres e 63% afirmam ter tomado alguma atitude para ajudar a vítima de violência”.

Como romper o silêncio é o principal desafio a ser vencido, uma das grandes conquistas desse estudo é a ampliação do espaço seguro para homens e mulheres

se comunicarem, segundo avaliação da especialista em pesquisa de opinião Fátima Pacheco Jordão, conselheira do Instituto Patrícia Galvão: “Uma técnica sofisticada foi utilizada pela primeira vez nas pesquisas sobre violência contra mulheres, com o objetivo de obter respostas mais fidedignas para um assunto tão complexo. No capítulo relativo à violência vivenciada pelas pessoas entrevistadas – mulheres e homens –, páginas 16 a 19, os pesquisadores optaram pelas respostas anônimas. O entrevistado recebeu um pequeno questionário, que ele mesmo preencheu em sigilo, ou seja, sem intermediação do entrevistador, sem que os demais presentes ouvissem suas respostas, sem nenhuma indicação de dados pessoais, e o colocou em um envelope. Dessa forma, evitou-se que o entrevistado se sentisse inibido ou influenciado a dar respostas padrão e aceitas pelo costume”.

Com esse estudo, o Instituto Avon espera contribuir para a reflexão do problema e oferecer subsídios para fundamentar o trabalho de todos aqueles – organismos públicos e privados, associações de bairro, lideranças comunitárias, acadêmicos e leigos – envolvidos em encontrar formas de desnaturalizar a violência doméstica.

Esses esforços somam-se à campanha mundial da marca, nos seus 125 anos de existência, celebrados ao lado da mulher, e a história da empresa e sua crença inabalável na missão de fortalecer e viabilizar a autonomia das mulheres.

Lírio Cipriani
Diretor Executivo do Instituto Avon

Conheça mais sobre a atuação do Instituto Avon na página 30.

SUMÁRIO DOS RESULTADOS

- 80% dos homens e mulheres entrevistados apontam como violência doméstica os diversos tipos de agressão física sofridos pela mulher no âmbito familiar – do empurrão até atos extremos que culminam em sua morte.
- 62% relacionam violência a agressões verbais, humilhação, falta de respeito, ciúmes, ameaças.
- 6% das menções se relacionam à violência moral (calúnia, difamação, injúria etc.).
- 6% se relacionam à violência sexual (estupro, obrigar a mulher a fazer sexo contra sua vontade etc.).

- 59% dos entrevistados declararam conhecer alguma mulher que **já sofreu agressão** (65% das mulheres e 53% dos homens). Desses 59%, 63% fizeram algo para **ajudar**, sendo que as mulheres entrevistadas foram mais proativas com as vítimas.
- 44% conversaram com elas.
- 28% orientaram a buscar ajuda jurídica ou policial/serviço de ajuda especializado.
- Entre os 37% que não fizeram nada, a principal justificativa foi o entendimento de que não deveriam interferir (**13%** das mulheres e **28%** dos homens).

6 EM CADA 10 ENTREVISTADOS
CONHECEM ALGUMA MULHER QUE
SOFREU VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

EMPURRÃO E XINGAMENTO

- 11% das mulheres e 20% dos homens entrevistados **não** acreditam que **empurrar a mulher** mereça **punição judicial**.
- 8% das mulheres e 18% dos homens entrevistados **não** acreditam que **xingar regularmente** a mulher mereça **punição judicial**.

LEI MARIA DA PENHA

- 94% afirmam conhecer a lei, mas apenas 13% a conhecem muito bem.
- A maioria das pessoas (60%) pensa que, como consequência do acionamento da lei, o agressor vai preso.

DADOS TÉCNICOS DA PESQUISA

PERFIL DA AMOSTRA

Metodologia

Pesquisa quantitativa, com aplicação de questionário estruturado por meio de entrevistas pessoais domiciliares.

Objetivo

Aprofundar o conhecimento sobre o tema **violência contra a mulher**, buscando embasamento para combater esse tipo de ação mais efetivamente.

Local

Brasil – 70 municípios em 5 regiões.

Universo

Homens e mulheres com 16 anos ou mais.

Período de campo

31 de janeiro a 10 de fevereiro de 2011.

Amostra

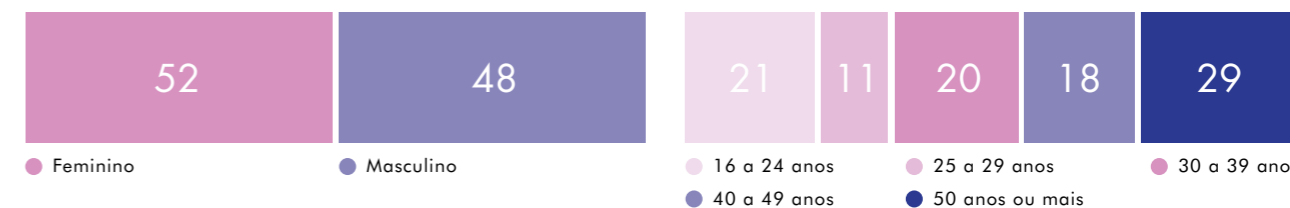
1.800 entrevistas.



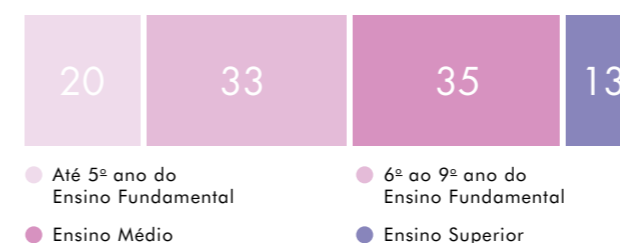
Sexo (%)



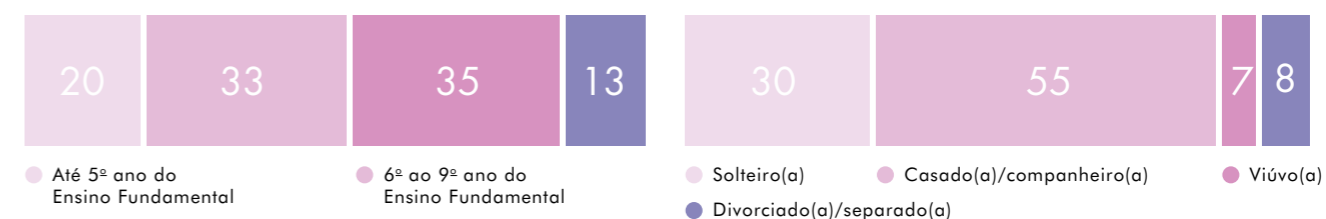
Idade (%)



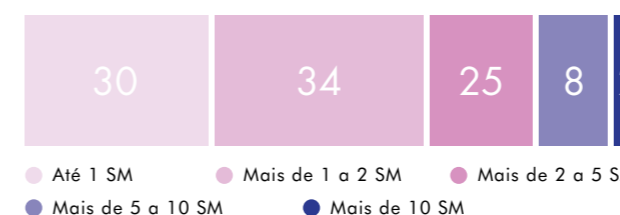
Escolaridade (%)



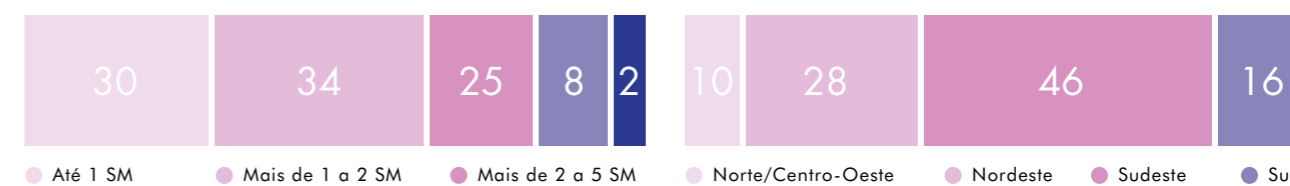
Estado Civil (%)



Renda Familiar (%)



Região (%)



GLOSSÁRIO

SM – Salário mínimo (R\$ 545,00)

NS/ NR – Não sabe/ Não respondeu

Q – Questão

P – Pergunta do autoperenchimento

RU (Resposta Única) – O entrevistado somente pode escolher uma opção de resposta para determinada questão.

RM (Resposta Múltipla) – O entrevistado pode escolher mais de uma opção de resposta, ou seja, mais de uma resposta é aceitável para a mesma pergunta. A soma das respostas de todos os entrevistados, nesse caso, poderá ser maior que 100%.

BRASILEIROS JÁ RECONHECEM DIFERENTES FORMAS DE AGRESSÃO COMO **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Entre os diversos tipos de violência doméstica sofridos pela mulher, **80%** dos entrevistados citaram **violência física**, como: empurrões, tapas, socos e, em menor caso (3%), até a morte. Ou seja, a violência física é a face mais visível do problema, mas muitas outras formas foram apontadas pelos entrevistados.

62% dos entrevistados reconhecem agressões verbais, xingamentos, humilhação, ameaças e outras formas de **violência psicológica** como violência doméstica.

Violência moral (6%) – calúnia, difamação, injúria etc. – e **violência sexual (6%)** – obrigar a mulher a fazer sexo contra sua vontade, estupro etc. – também foram apontadas pelos entrevistados.

A **violência patrimonial**, mencionada na Lei Maria da Penha, não foi citada nessa pesquisa de forma espontânea.

O QUE SE ENTENDE COMO **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER?**

O entendimento de que a violência psicológica é uma violência doméstica que deve ser punida é um indicativo forte de que está havendo uma mudança cultural desde a aprovação da Lei Maria da Penha. Antes disso, havia uma falta de compreensão mais ampla e um entendimento bastante restrito do que seria violência doméstica, ou seja, somente agressão física. Até mesmo a violência sexual não era interpretada como violência doméstica, pois para muitas mulheres “não havia estupro” dentro de um casamento.

Juliana Belloque, defensora pública do Estado de São Paulo e membro do Cladem – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

| | % |
|--|-----------|
| VIOLÊNCIA FÍSICA | 80 |
| Agressão física / soco / chute / porrada do companheiro / marido / parente | 79 |
| Agressão que pode até causar a morte da esposa / matar | 3 |
| VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA | 62 |
| Agressões verbais / xingamento / gritos do companheiro / marido / parente | 41 |
| Humilhar a companheira / esposa | 11 |
| Falta de respeito do companheiro / marido | 11 |
| Agressão psicológica / atingir a autoestima da companheira / esposa | 5 |
| Ciúmes / desconfiança exagerada do companheiro / esposo | 4 |
| Companheiro ameaçar a companheira se o deixar / denunciar | 3 |
| Companheiro prender a esposa em casa / proibir de sair de casa / tirar liberdade | 3 |
| Ameaçar companheira com arma / de morte | 2 |
| Abuso de autoridade / tratar esposa como escrava | 2 |
| VIOLÊNCIA MORAL | 6 |
| Constranger / xingar a companheira em público | 4 |
| Difamar / caluniar a esposa / companheira / mulher | 2 |
| VIOLÊNCIA SEXUAL | 6 |
| A mulher ser obrigada a fazer sexo / estuprada | 6 |

Base: 1.800 / Pergunta aberta codificada.

Q18. Na sua opinião, o que o(a) Sr.(a) entende por violência doméstica contra a mulher?



MACHISMO E BEBIDA ALCOÓLICA

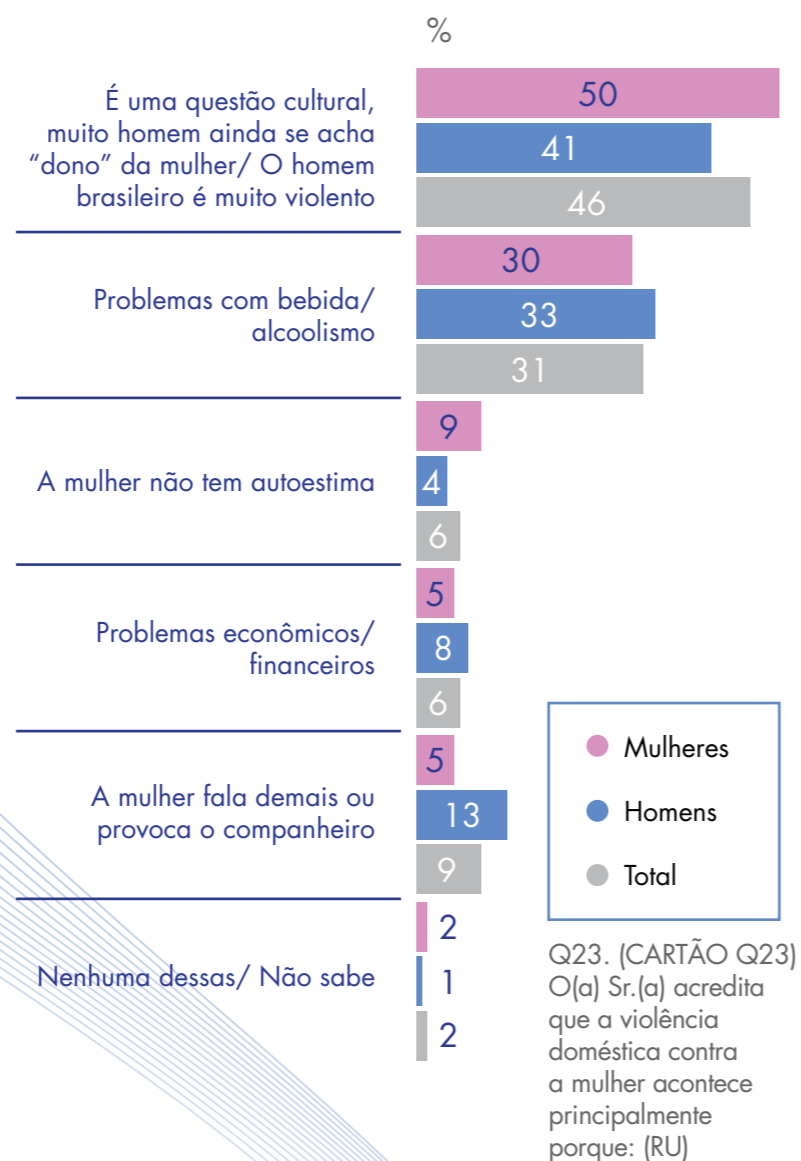
Apontados como principais causas*

De maneira geral, homens e mulheres apontam os mesmos fatos como causadores de violência doméstica. Há ênfase das mulheres na questão cultural e dos homens, na questão do alcoolismo.

Outras razões da lista de estímulo que foram mencionadas são falta de autoestima da mulher, problemas financeiros e provocação ao companheiro.

É preciso ajuda de especialistas para enxergar a violência estrutural tecendo cotidianamente a sociedade em relações de dominação, de poder sobre outros, descaso e indiferença... Usamos a expressão **cultura profunda** para falar sobre o subconsciente coletivo, que a cultura frequentemente não reconhece. É preciso mostrar que a cultura profunda desempenha um papel e é importante na formação de atitudes e comportamentos durante um conflito. Em outras palavras, a cultura do conflito tem de ser incluída no trabalho de conflito.

Johan Galtung, em *Transcender e transformar – uma introdução ao trabalho de conflitos*



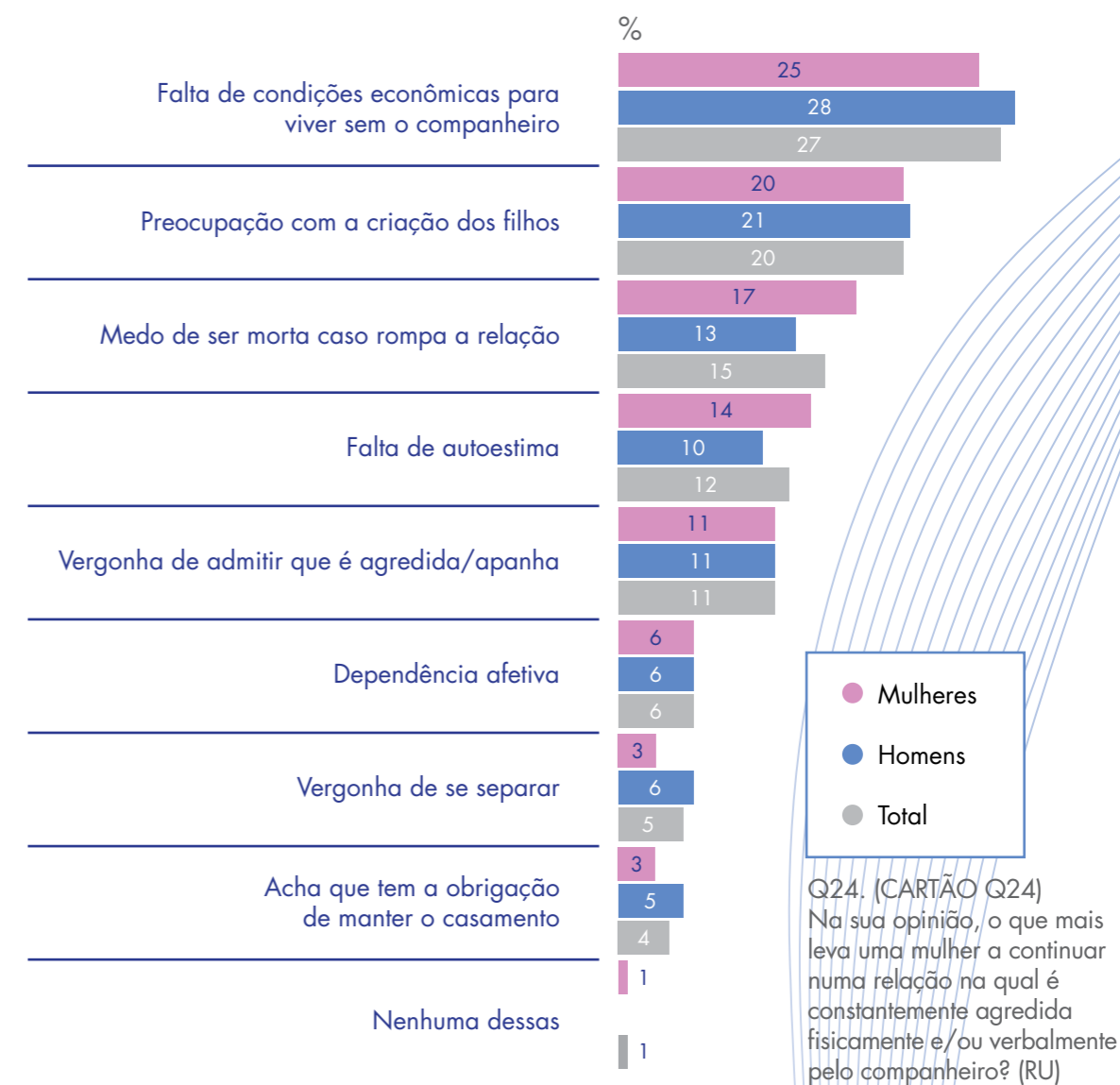
Base: Homens – 857 / Mulheres – 943
Total – 1.800 / *Pergunta estimulada por lista.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS E PREOCUPAÇÃO COM OS FILHOS

Principais fatores que mantêm a mulher na relação violenta*

Dentre as respostas estimuladas, as duas principais razões para uma mulher permanecer nesse tipo de relação, segundo homens e mulheres, são: falta de condições econômicas para se sustentar (27%) e falta de condições para criar os filhos (20%).

Chama a atenção, neste quadro, o fato de que 17% das mulheres citam o medo de ser morta como principal razão para uma mulher agredida continuar em uma relação abusiva.



Base: Homens – 857 / Mulheres – 943
Total – 1.800 / *Pergunta estimulada por lista.

PRINCIPAL RAZÃO PELA QUAL UMA MULHER CONTINUA EM UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

A falta de condições econômicas está diretamente associada à preocupação com a criação dos filhos. Apesar de uma significativa parcela das mulheres agredidas ter alguma fonte de renda, ela tem medo de não conseguir dar conta de cuidar dos filhos sozinha, principalmente quando tem de deixar a moradia. Ela, muitas vezes, não sabe para onde ir com os filhos e como arcar com todas as despesas, já que o agressor ameaça não ajudá-la e um processo litigioso pode demorar. Muitos homens são autônomos, o que também gera insegurança na mulher, que não tem como comprovar a renda do ex-companheiro.

Pela minha experiência no atendimento a mulheres vítimas de violência, o medo, nas suas mais diversas expressões, é o que mais as paralisa: medo de ser morta pelo companheiro, medo de assumir sozinha os filhos e privá-los do atendimento de necessidades básicas, medo de exposição e escândalo. Por exemplo, atendi uma arquiteta que o ex-companheiro ia ao escritório onde ela trabalhava para ameaçá-la. É comum também as mulheres de classe média terem receio de não conseguir manter o padrão de vida: pagar o convênio médico e arcar com a educação dos filhos. Tudo isso fica mais complexo para as mulheres de baixa renda e pouca escolaridade.

Lenira Politano da Sôveira, psicóloga do Departamento de Saúde do Servidor Municipal. Durante muitos anos, foi psicóloga da Casa Eliane de Grammont, da Prefeitura de São Paulo

Por regiões, principais razões para uma mulher continuar em uma relação em que é constantemente agredida*

| % | Total | Centro-Oeste | Nordeste | Sudeste | Sul |
|---|-------|--------------|----------|---------|-----|
| Falta de condições econômicas para viver sem o companheiro | 27 | 16 | 31 | 27 | 24 |
| Preocupação com a criação dos filhos | 20 | 31 | 21 | 16 | 25 |
| Medo de ser morta caso rompa a relação | 15 | 21 | 13 | 15 | 16 |
| Falta de autoestima | 12 | 13 | 6 | 15 | 15 |
| Vergonha de admitir que é agredida/apanha | 11 | 7 | 10 | 14 | 8 |
| Dependência afetiva | 6 | 8 | 7 | 5 | 5 |
| Vergonha de se separar/Acha que tem a obrigação de manter o casamento | 9 | 4 | 10 | 7 | 8 |
| Nenhuma dessas | 1 | 1 | 1 | 1 | - |
| Base | 1.800 | 188 | 509 | 821 | 282 |

Na região Nordeste, a falta de condições econômicas apresenta o maior índice (31%).

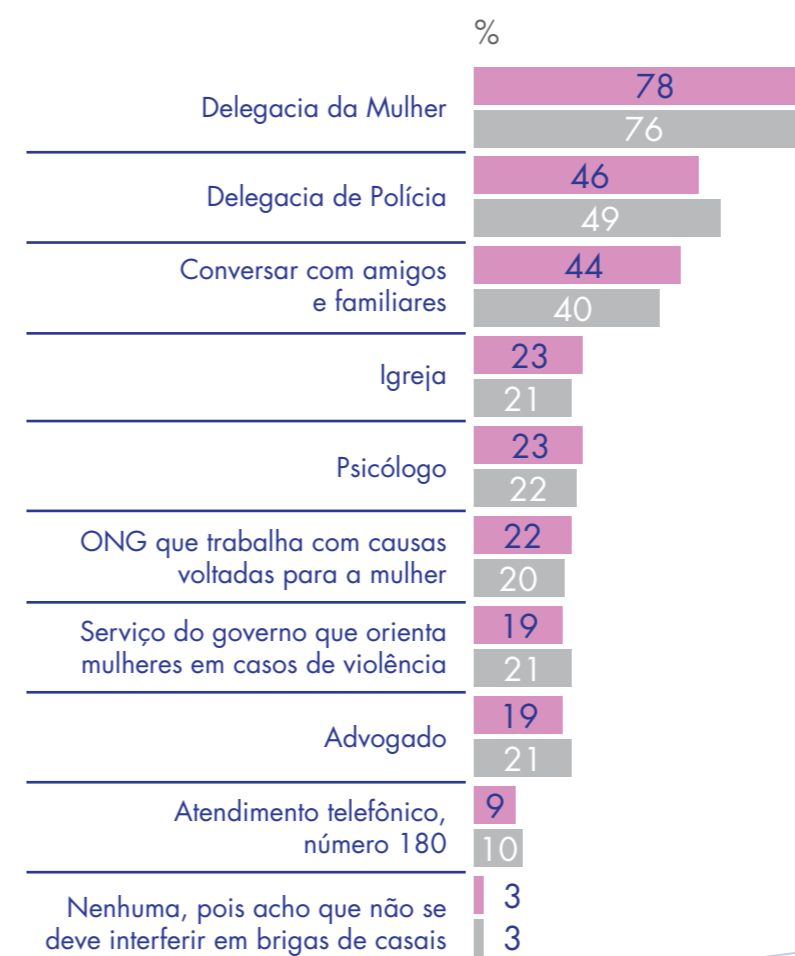
Q24. (CARTÃO Q24) Na sua opinião, o que mais leva uma mulher a continuar numa relação na qual é constantemente agredida fisicamente e/ou verbalmente pelo companheiro? (RU) *Pergunta estimulada por lista.

DELEGACIAS E CONVERSA

Ajudas que as mulheres mais indicariam*

Dentre as recomendações indicadas à mulher agredida, tem destaque o aparato policial (Delegacia da Mulher e Delegacia de Polícia), seguido de conversas com amigos e familiares.

No entanto, vale ressaltar que os recursos indicados pelas entrevistadas não correspondem à realidade de oferta de serviços de atenção, sobretudo no que se refere a Delegacias da Mulher.



Durante milênios a cultura da dominação e da violência tem sido legitimada, tornando-se "invisível", "natural", "como se o mundo fosse assim...", invisibilizando o exercício cotidiano dos direitos humanos para si e para os outros: respeito à vida e à dignidade de cada pessoa.

Riane Eisler, em *O cálice e a espada – nossa história, nosso futuro e em O poder da parceria*

● Mulheres
● Total

Base: Mulheres – 943 / Total – 1.800

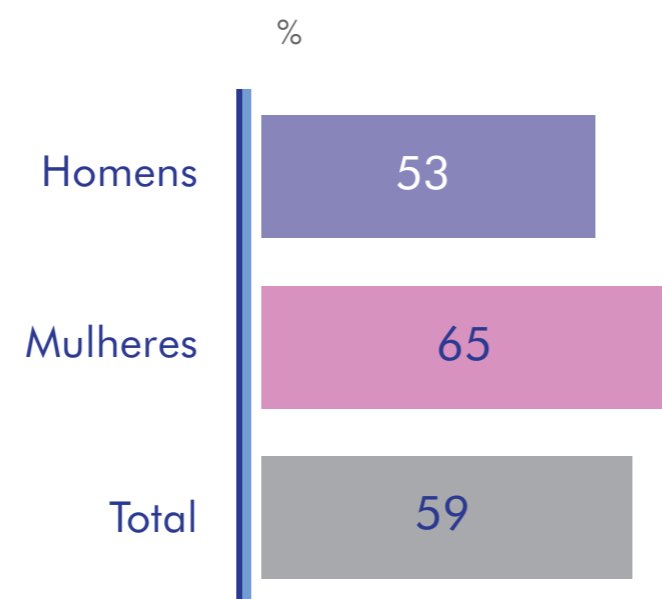
Q29a. (CARTÃO Q29) Pensando no que existe disponível atualmente em sua cidade, que tipo de ajuda o(a) Sr.(a) indicaria a alguém que esteja sofrendo violência doméstica? (RU) / Q29b. E em segundo lugar? (RU) / Q29c. E em terceiro lugar? (RU) (Até três opções) *Pergunta estimulada por lista.

6 EM CADA 10 ENTREVISTADOS CONHECEM ALGUMA MULHER QUE SOFREU **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**.

E a maioria revela que tomou alguma atitude para ajudar.

59% dos entrevistados conhecem, ao menos, uma mulher que já sofreu algum tipo de violência doméstica.

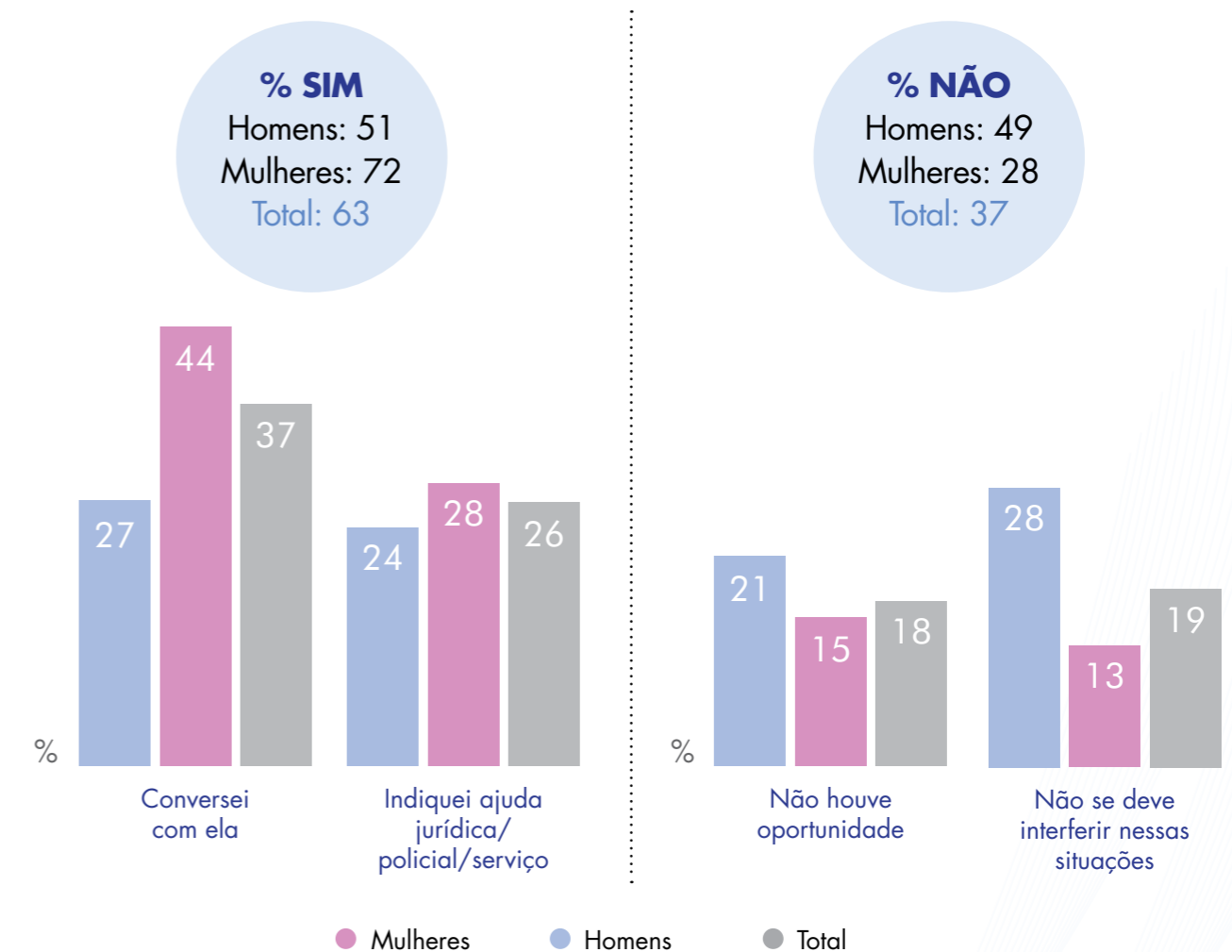
Conhecem alguma mulher vítima de violência doméstica



Base: Homens – 857 / Mulheres – 943 / Total – 1.800
 Q26. O(a) Sr.(a) conhece alguma mulher que sofre ou já sofreu agressões de seu parceiro ou ex-parceiro, seja seu marido, namorado etc.?

Desse total, 63% tomaram alguma atitude para ajudar a vítima.

Esse dado aponta para uma mobilização da sociedade, sobretudo das mulheres (72%), de apoiar as vítimas de agressão.



Base: Conhece alguma mulher que já sofreu agressão: Homens – 453 / Mulheres – 614 / Total – 1.067
 Q27. (PARA QUEM RESPONDEU SIM – CÓD. 1 – NA Q26) Você contribuiu de alguma forma para ela sair dessa situação? (RU)

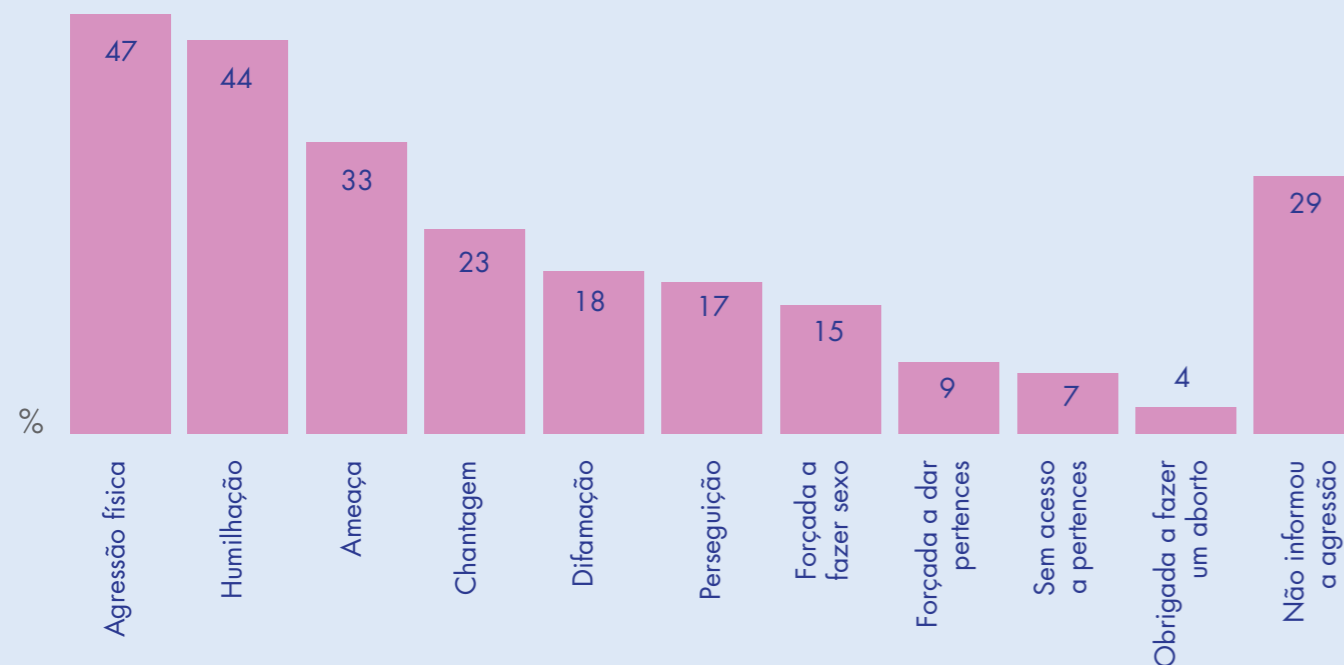
AUTOPREENCHIMENTO, MAIS LIBERDADE PARA SAIR DO SILÊNCIO.

As páginas 16 a 19 trazem dados obtidos de maneira inédita em estudos sobre a violência doméstica no Brasil. O entrevistado, para ter mais privacidade nas respostas referentes à sua experiência pessoal, preencheu ele mesmo o questionário e o colocou num envelope não identificado, o que ocorreu em 74% dos casos. 24% dos respondentes solicitaram ajuda do entrevistador. 2% dos entrevistados se recusaram a responder esta etapa da pesquisa.

27% das mulheres declaram ter sofrido agressão grave.

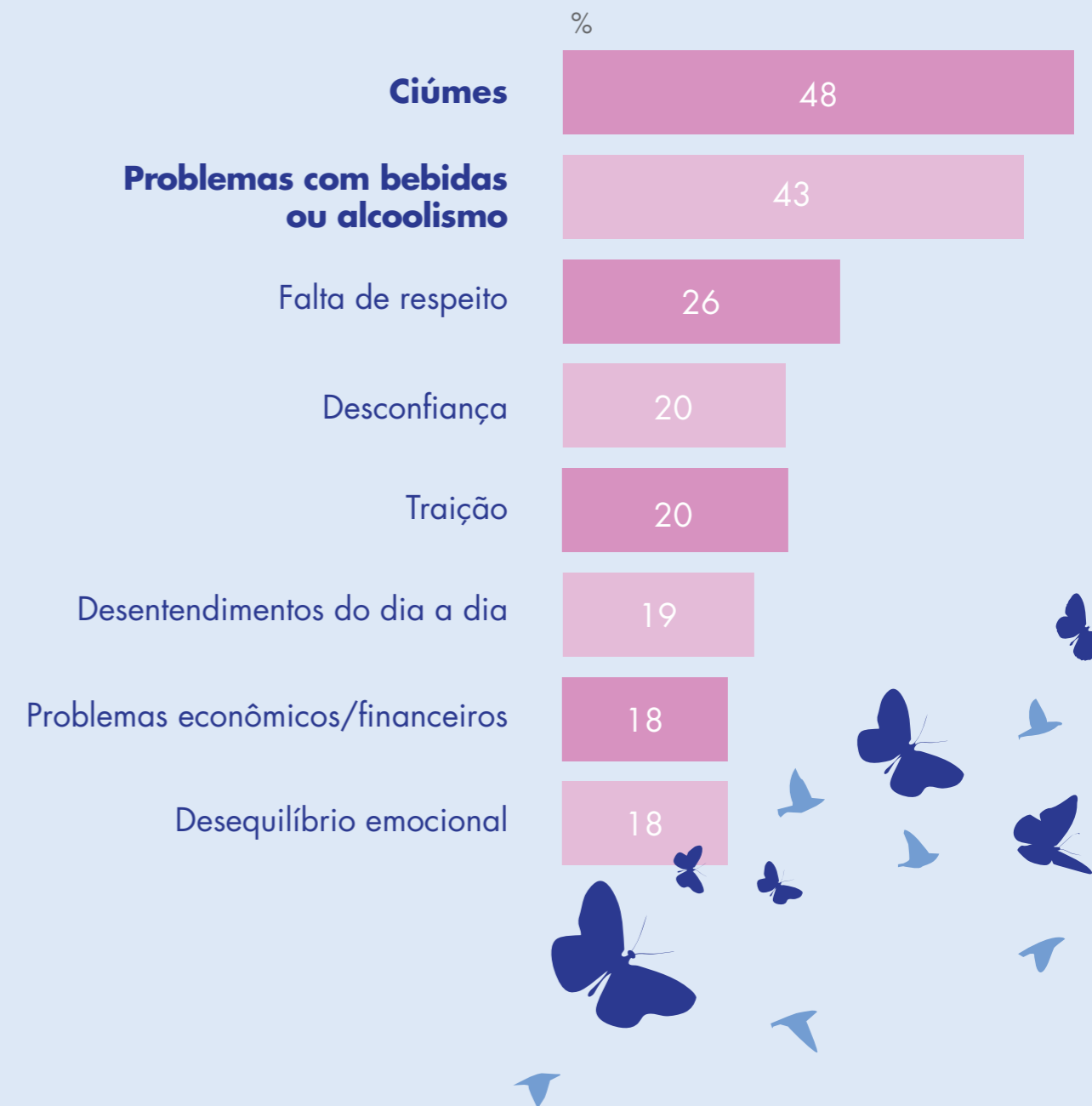
Base: Mulheres – 927

Entre elas, 15% apontam “ser forçada a fazer sexo” como uma agressão grave sofrida.



Base: Mulheres que sofreram agressão grave – 246
P2.2. Qual(is)? Assinale tantos quadrados quanto necessário.

Mulheres agredidas: motivos declarados

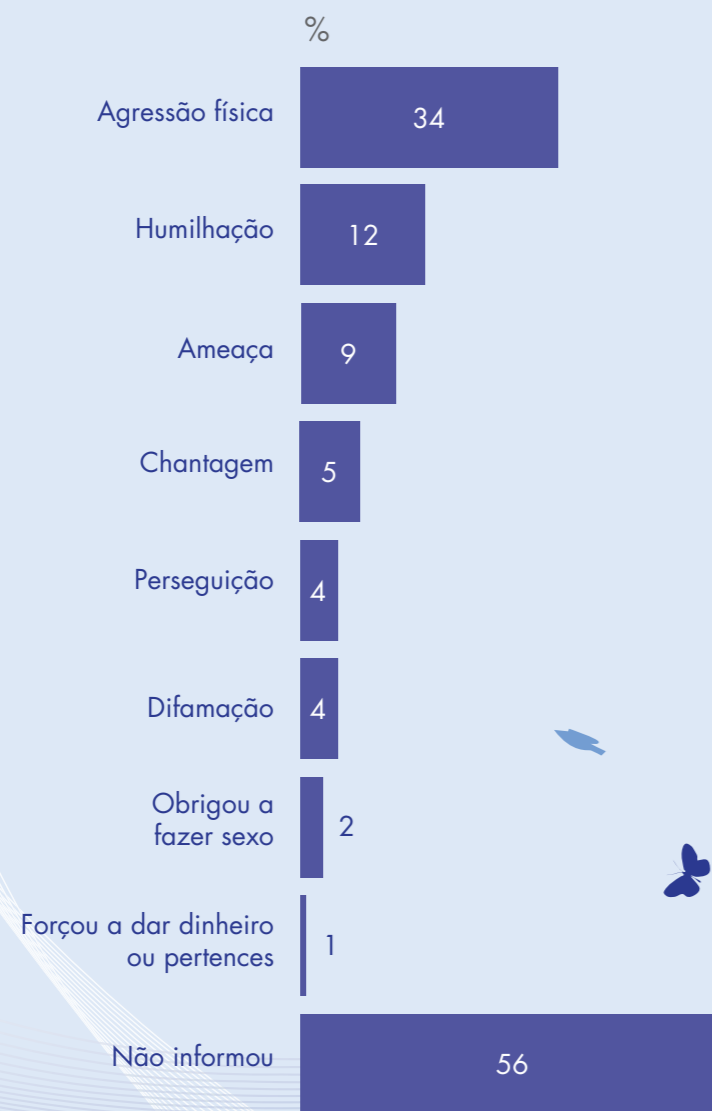


Base: Mulheres que sofreram agressão que consideram grave – 246
P3. No caso de a Sra. ter sofrido alguma agressão grave, o que acredita que motivou essa agressão? Assinale tantos quadrados quanto necessário.

15% DOS HOMENS COMETERAM AGRESSÕES GRAVES.

Base: Homens – 831

Tipos de agressões declaradas



Base: Homens que praticaram agressão grave – 124
 P3.2. Sim. Qual(is)? Assinale tantos quadrados quanto necessário.

Homens agressores: justificativas

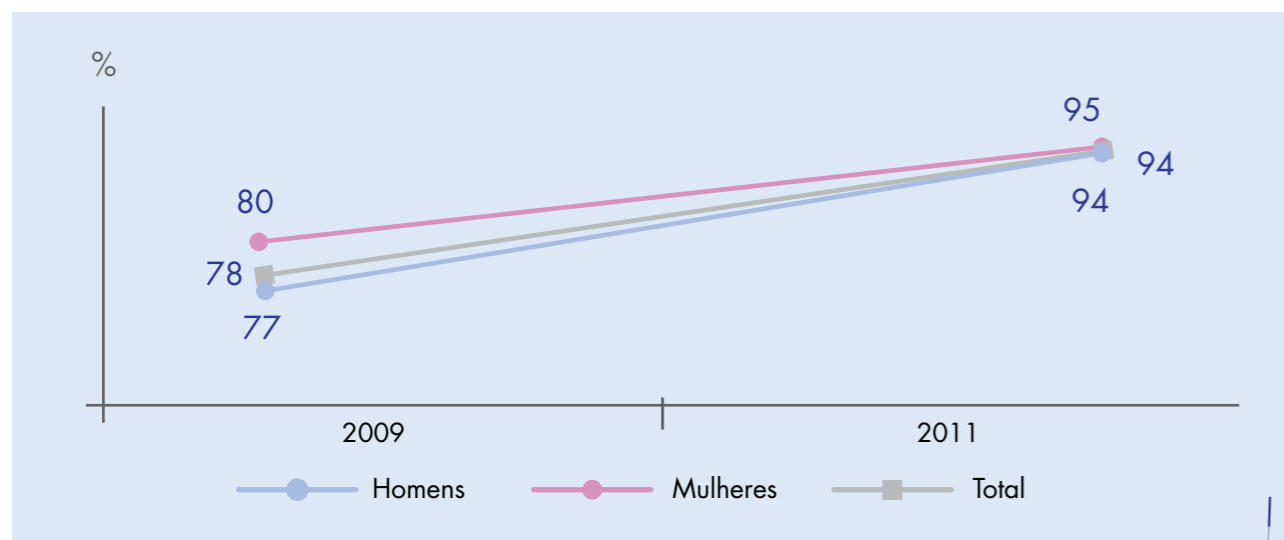


Base: Homens que praticaram agressão grave – 124
 P4. No caso de o(a) Sr.(a) ter praticado alguma agressão grave, o que acredita que motivou essa agressão? Assinale tantos quadrados quanto necessário.

LEI MARIA DA PENHA

Muito lembrada, pouco conhecida.

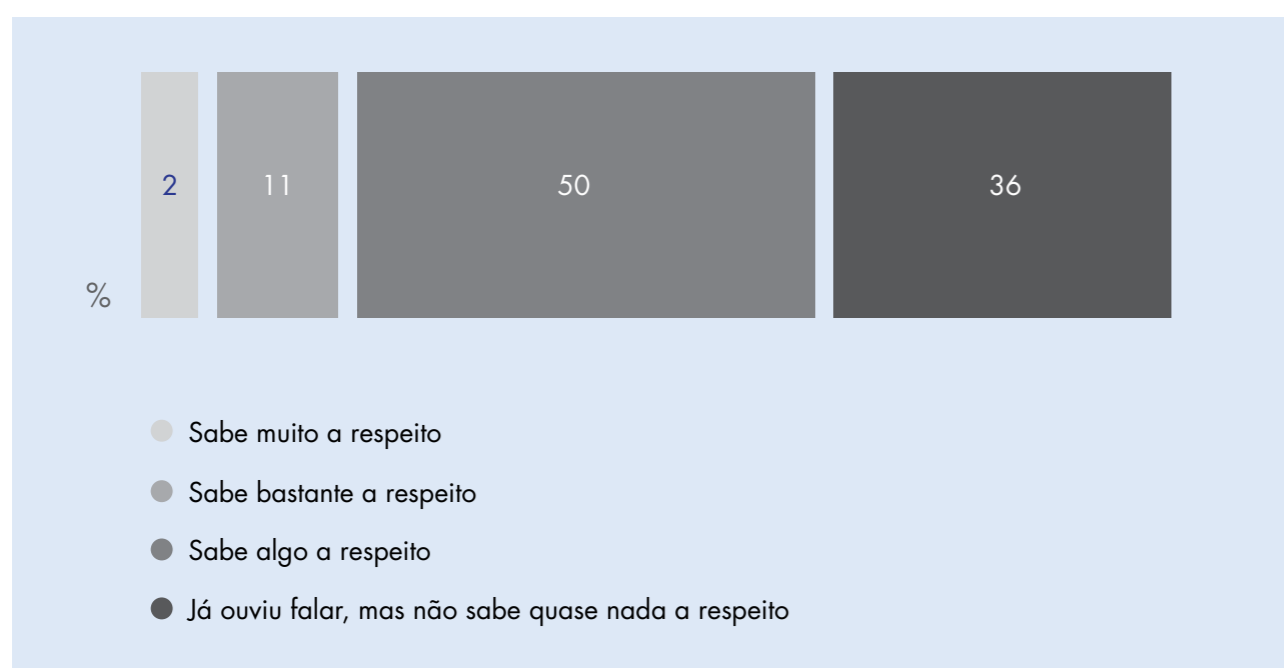
Lembrança



Base: Homens – 857 / Mulheres – 943 / Total – 1.800

Q34a. O(a) Sr.(a) conhece, ainda que de ouvir falar, a Lei Maria da Penha? (RU)

Grau de conhecimento



Base: Já ouviu falar na Lei Maria da Penha – 1.699

Q34b. [SE OUVIU FALAR (CÓD. 1 NA Q34a.)] Mas o(a) Sr.(a) diria que: já ouviu falar, mas não sabe quase nada a respeito (COD. 1) da Lei Maria da Penha ou sabe algo a respeito (COD. 2) ou sabe bastante a respeito (COD. 3) ou sabe muito a respeito (COD. 4) da Lei Maria da Penha?

LEI MARIA DA PENHA

Aumentou consideravelmente, nos últimos dois anos, o nível de lembrança da Lei Maria da Penha, que chegou a 94%, em 2011.

No entanto, o nível de conhecimento do seu conteúdo ainda é bem baixo: apenas 13% dos entrevistados declaram que sabem muito ou bastante sobre a lei. Em contraposição, 36% conhecem apenas de ouvir falar.

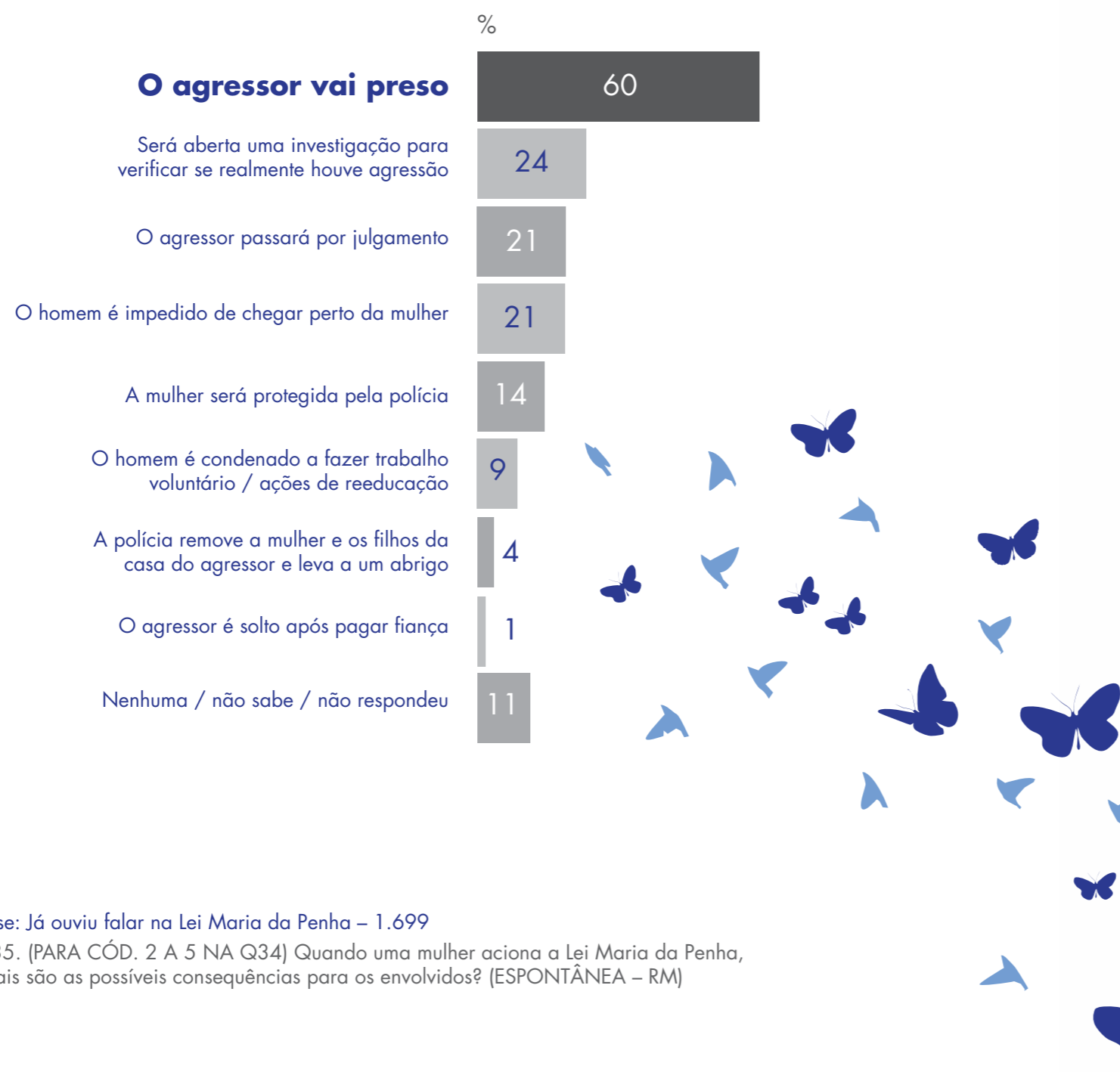
PRISÃO DO AGRESSOR

Pena mais associada à lei.

60% dos entrevistados acreditam que o agressor, ao ser denunciado, irá preso.

Um número menor de entrevistados citou outras consequências, como inquérito para investigação, julgamento e proteção especial da mulher.

As outras penas aplicadas em consequência da lei são pouco conhecidas. Este quadro aponta para a necessidade de divulgação mais ampla, para aumentar o espectro de percepção de aplicação da lei.



POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO ACIONAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Só irá ocorrer pedido de prisão se o réu for reincidente tanto por agressão quanto por outros crimes ou nos casos de crimes considerados mais graves, como tentativa de homicídio, lesão corporal grave, estupro.

Com a implantação da Lei Maria da Penha, as prisões aumentaram nos casos de agressores que descumprem a “medida protetiva” proferida pelo juiz. Se o agressor, por exemplo, se aproxima da vítima, o juiz pode pedir a prisão preventiva enquanto durar o processo, que pode durar de seis meses a mais de um ano e meio. Nesses casos, houve, sim, um aumento de agressores presos.

Já no caso da sentença, como a Lei Maria da Penha prevê pena máxima de 3 anos, o agressor não irá preso, porque o sistema penal brasileiro prevê regime aberto para réus primários com condenação de até 4 anos. O juiz pode determinar ao agressor fazer trabalhos voluntários ou comparecer a programas de recuperação ou reeducação, mas essa é uma medida subjetiva de cada profissional.

Eliana Vendramini, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

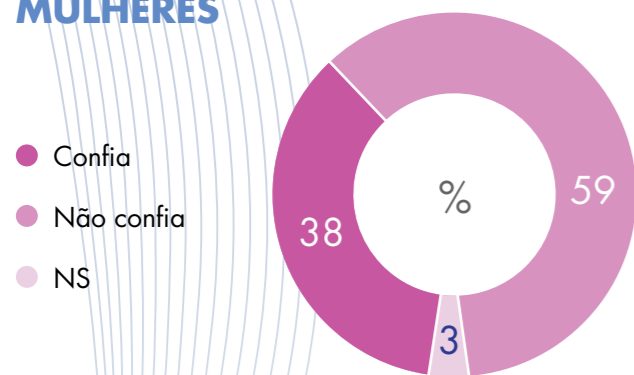
Base: Já ouviu falar na Lei Maria da Penha – 1.699

Q35. (PARA CÓD. 2 A 5 NA Q34) Quando uma mulher aciona a Lei Maria da Penha, quais são as possíveis consequências para os envolvidos? (ESPONTÂNEA – RM)

DESCRENÇA DA POPULAÇÃO

Entrevistados não confiam na proteção jurídica e policial nos casos de violência doméstica.

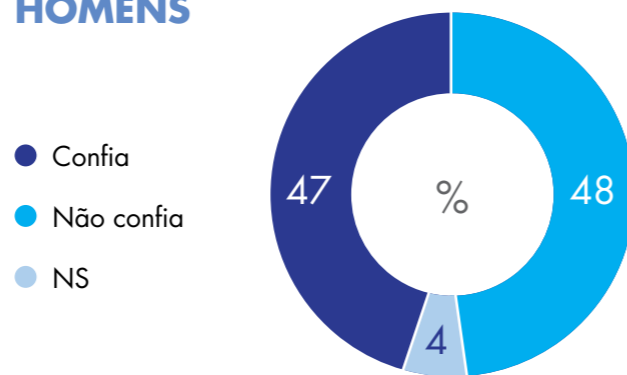
MULHERES



Base: Mulheres – 943

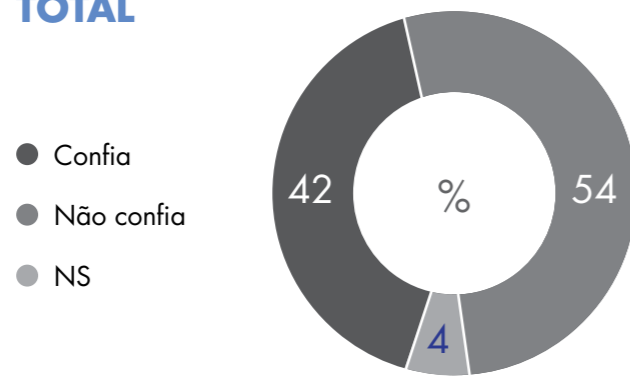
Q30. O(a) Sr.(a) acha que a mulher pode confiar na proteção jurídica e policial que existe hoje no Brasil para não ser vítima da violência doméstica?

HOMENS

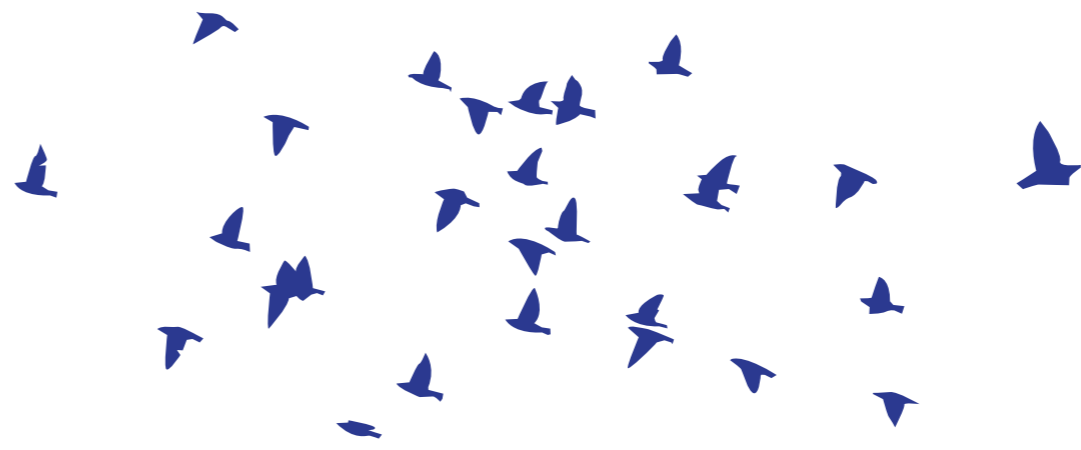


Base: Homens – 857

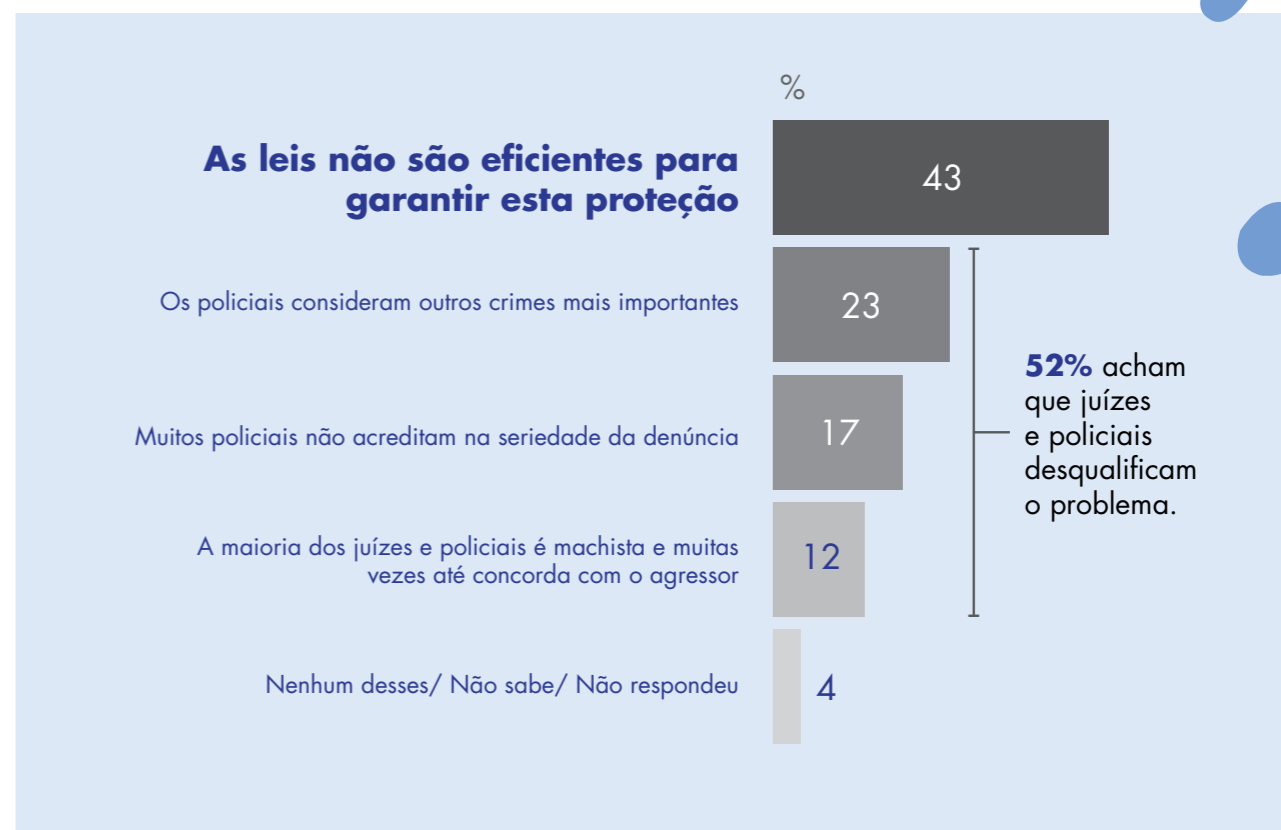
TOTAL



Base: Total – 1.800



Motivos pelos quais os entrevistados acham que as mulheres não podem confiar na proteção jurídica e policial para não ser vítima da violência doméstica.*



Base: Acha que não pode confiar na proteção jurídica e policial – 970

Q31. (CARTÃO Q31) (PARA QUEM RESPONDEU NÃO – CÓD. 2 NA Q30) Por qual desses motivos o(a) Sr.(a) acha que não se pode confiar na proteção jurídica e policial? (LEIA – RU) *Pergunta estimulada por lista.

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA

Apesar do significativo avanço que resultou da promulgação, em 2006, da Lei Maria da Penha, a grande aliada na repetição da violência contra a mulher é a invisibilidade sob a qual se acobertam comportamentos opressores, ainda tidos como naturais.

As culturas pautadas em modelos autoritários ou de dominação criaram um repertório de ideias, códigos e estruturas que justificam desigualdades hierárquicas inamovíveis. O poder exerce o controle e se perpetua mediante ameaças diretas ou veladas, convencendo os dominados de que estão sendo protegidos contra perigos maiores. Cabe lembrar que, nos sistemas patriarcais, isso acontece sob o amparo da lei.

No caso do sistema “família”, os papéis estereotipados de “a mãe cuida” e “o pai provê” causam hoje uma série de relações disfuncionais que promovem abusos de parte a parte. As crianças acabam sendo as mais prejudicadas, porque se defrontam com contradições cotidianas entre amor/ódio, ofensa/submissão, humilhação/perdão.

Outro fator que colabora com a violência intrafamiliar é o silêncio, fruto da anestesia que o sentimento de vergonha impõe e da perda da autoestima, da capacidade criativa e do cuidado de si. A pessoa fica imobilizada pelo terror constante de “provocar” a violência do agressor, cuja reação recai previsivelmente sobre a vítima – via de regra a mulher, as crianças ou os idosos.

A democratização das relações intrafamiliares — encobertas historicamente pelos muros da vida privada — permite vislumbrar um horizonte promissor, onde se congreguem as vontades e os talentos em vínculos afetivos permeados pelo respeito e o cuidado mútuos, pois todo ser vivo vem ao mundo na certeza do acolhimento.

Nas últimas décadas, tem sido evidente o esforço coletivo na construção de relações interpessoais mais democráticas e horizontais. Os conhecimentos oferecidos pela Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais, o fortalecimento e capilaridade alcançados pelos direitos humanos

e a habilidade com que as novas gerações utilizam as tecnologias presentes no cotidiano estão nos tornando muito mais sensíveis às questões que envolvem violência.

Há uma consciência crescente sobre as dramáticas consequências físicas, mentais e sociais de ser vítima de um abusador que desrespeita, desqualifica e oprime aqueles com quem guarda vínculos afetivos familiares. O natural seria que os vínculos familiares promovessem o partilhar, reconhecimento mútuo e aspirações de construir um futuro comum que atenda o potencial singular de cada um de seus integrantes.

Estão em pauta e em desenvolvimento todo um repertório de novas tecnologias de convivência, que exploram o diálogo profundo como ferramenta de transformação das pessoas, criam mecanismos para mediar conflitos de maneira saudável, desenham programas de comunicação não violenta. O objetivo é capacitar cada um de nós a expressar nossas necessidades de maneira assertiva

e edificante. Já existe um leque de jogos estruturados em torno da cooperação na convivência solidária, dinâmicas de construção de conhecimento coletivo que validam as contribuições de todos os envolvidos, reconhecendo que nenhum deles, isoladamente, seria capaz de alcançar esse patamar de criatividade...

Essas são algumas das metodologias que vêm sendo aplicadas nas sociedades democráticas, visando minimizar o sofrimento que se inflige, de maneira direta ou indireta, àqueles que são historicamente mais vulneráveis e juridicamente menos amparados.

Lia Diskin,
Palas Athena
filosofia em ação

Veja no site do Instituto Avon – www.institutoavon.org.br – uma lista especialmente preparada pela Associação Palas Athena, com o objetivo de facilitar a busca por literatura especializada no enfrentamento da violência em todos os seus matizes.

É POSSÍVEL PREVENIR

A questão do abuso de álcool ou drogas como disparador da violência é um tema recorrente nesse tipo de debate, mas que acaba criando mitos que precisam ser desfeitos. A causa predominante da violência doméstica não é essa, como entende o senso comum. Os casais apontam a reiterada desqualificação praticada pelo companheiro como sério agravante das situações de conflito.

Do ponto de vista dos homens, a maior queixa é a violência psicológica praticada pelas mulheres, na forma de desvalorização, humilhação ou, até mesmo, a demanda por uma atitude violenta contra outros homens que as possam estar incomodando. A violência psicológica pode causar grandes estragos quando praticada repetidamente por alguém importante em nossas vidas.

Os adolescentes, por exemplo, muitas vezes, confundem demonstração de ciúmes com sinal de amor. E não percebem que aceitar

determinadas restrições, em nome desse ciúme/amor – deixar de usar determinado tipo de roupa, de sair com determinadas pessoas ou de frequentar alguns lugares –, pode alimentar um sentimento de posse que depois descamba na violência. É importante entender que essas concessões podem contribuir para a falta de limites do autor da violência. Daí a importância de delimitar até onde o outro pode ir. Quanto mais cedo isso acontecer, maiores são as chances de se manter saudável o relacionamento.

A forma como educamos meninos e meninas – cristalizando ou flexibilizando os papéis de gênero – é outro fator determinante para a manutenção ou não da violência entre parceiros íntimos.

Carlos Zuma, psicólogo e um dos responsáveis pelo Instituto Noos, do Rio de Janeiro

PORTAS DE SAÍDA DA VIOLÊNCIA E DE ENTRADA NUM MUNDO MAIS DIGNO

Serviço de Utilidade Pública, o número 180 presta orientações e informações à população, especialmente às mulheres vítimas de violência, o que é um dos desdobramentos práticos da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006. Funciona 24 horas por dia e foi criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem status de Ministério e é responsável por articular a chamada rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O número 180 é o recurso mais imediato de que a mulher dispõe para desabafar, relatar

seu problema e receber orientações. Por meio da atendente, ela é informada sobre os seus direitos e os serviços de atendimento que funcionam em sua região. Segundo Ana Paula Schwelm Gonçalves, ouvidora da SPM, delegacias de mulher não funcionam se não houver um centro de referência, por exemplo, com atendimento psicológico e jurídico.

“Não basta uma Casa-abrigo isolada, sem outros serviços especializados que permitam uma ação integrada de enfrentamento. Sem essa rede de apoio, a mulher não consegue sair da situação de violência”, explica ela.

OS SERVIÇOS DE APOIO

A rede de enfrentamento é composta por:

- Agentes governamentais e não governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres.
- Serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades.
- Órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (como habitação, educação, trabalho).
- Serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência).

Atualmente o país dispõe de:

- 193 Centros de Referência de Atendimento à Mulher.
- 388 Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.
- 71 Casas-abrigo: locais seguros que oferecem abrigo protegido e temporário, além de atendimento integral (psicossocial e jurídico) a mulheres em situação de violência doméstica (acompanhadas ou não de seus filhos) sob risco de morte iminente. O acesso às Casas-abrigo se dá somente por encaminhamento dos serviços especializados da rede de atendimento (que realizam avaliação e triagem).
- 609 serviços de saúde especializados, com equipes multidisciplinares capacitadas.
- 70 Juizados de violência doméstica.
- 54 Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher.
- 20 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público: movem ação penal pública, solicitam que a polícia civil inicie ou dê prosseguimento às investigações e solicitam, ao juiz, a concessão de medidas protetivas de urgência.
- cerca de 1.000 Centros de Referência de Assistência Social: não são especializados no atendimento à mulher, mas funcionam como portas de saída nos municípios onde não existe nenhum outro tipo de serviço.

Informações mais detalhadas sobre todos esses serviços você obtém no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres: www.sepm.gov.br

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO DIÁLOGO

O Instituto Avon, por meio da campanha Fale sem Medo – Não à Violência Doméstica, tem concentrado seus esforços, desde 2008, no Brasil, no acesso à informação, para ampliação de repertório e entendimento deste desafio que tem inúmeras causas.

Desde seu lançamento, com a venda de produtos como Pulseiras, Gargantilha e Anel da Atitude, o Instituto vem arrecadando e destinado recursos a iniciativa como a Pesquisa Instituto Avon/Ibope – Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil, lançada em 2009, que contou com a parceria do Instituto Patrícia Galvão; os portais Quebre o Ciclo, desenvolvidos pela ONU Mulheres Brasil e Cone Sul, em 2010, que recebeu R\$ 1,5 milhão do Instituto Avon para propiciar espaços de debate entre jovens, adolescentes, assim como para profissionais de Direito conhecerem, trocarem informação e difundirem a Lei Maria da Penha.

A trajetória da campanha Fale sem Medo tem garantido parcerias importantes no enfrentamento da violência doméstica, como aquela firmada com o Instituto Noos, do Rio de Janeiro, que viabilizou a edição e impressão de 100 mil exemplares da cartilha “Prevenção e atenção à violência intrafamiliar e de gênero – apoio às lideranças comunitárias”, para distribuição gratuita a organizações, estudantes e pessoas interessadas no tema.

Neste ano de 2011, o Instituto viabilizou a 997 pessoas – de Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza, entre funcionários, revendedoras autônomas, organizações ligadas ao tema e profissionais de Direito, Sociologia, Psicologia e áreas afins dessas localidades

– reflexão, diálogo e conhecimento nos Encontros Fale sem Medo, compostos de Seminários Não Violência Doméstica, em parceria com a Palas Athena, e Sessões fechadas do filme “Amor?”, do diretor João Jardim, que tem a Avon como patrocinadora. Mistura poética de documentário com ficção, o filme fala sobre as relações amorosas, retratadas com o olhar humanístico característico do cineasta. Uma cartilha e um vídeo com o conteúdo desse Seminário estão disponíveis, aos interessados no tema, no site do Instituto, que também possibilitou que 1,3 mil funcionários das unidades da Avon de São Paulo fossem ver o filme, movimentando, no total dessas ações, mais de 5 mil pessoas diretamente impactadas.

Os esforços da Avon no Brasil somam-se à campanha mundial da marca, *Speak Out Against Domestic Violence*, criada em 2004, pela Avon Foundation for Women, com recursos investidos em programas de conscientização, educação, prevenção e atendimento direto às mulheres que enfrentam a violência, em mais de 50 países, muitos deles com parcerias estabelecidas com a ONU Mulheres e seus escritórios locais.

Por trás do sucesso dessas iniciativas, estão a indispensável mobilização e a arrecadação de fundos, dois ativos valiosos que a Avon oferece ao investimento social global, por meio da força solidária de mais de 6,5 milhões de revendedoras Avon no mundo inteiro.

Comemorando 125 anos ao lado da mulher, com a Turnê Mundial Avon Believe, em 2011, a CEO da empresa, Andrea Jung, percorre 16 cidades de 12 países, numa programação que inclui a criação de um novo fundo global, no valor de US\$ 2 milhão, com o objetivo de apoiar organizações que atendem mulheres que enfrentam o desafio da violência doméstica.

Ligue 180

Um serviço da Secretaria
de Políticas para as Mulheres
que orienta vítimas da violência.

www.institutoavon.org.br



selo FSC